

### O 25 DE ABRIL E A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

Nuno Severiano Teixeira

O 25 de Abril e a mudança de regime marcaram uma viragem decisiva na política externa portuguesa. No passado, as dimensões atlântica e africana eram dominantes para a posição internacional de Portugal e traduziam-se, por um lado, na aliança com os Estados Unidos e na defesa intransigente do império colonial, por outro, no isolamento perante a Europa continental. A democracia portuguesa, com a descolonização e, sobretudo, a adesão à Comunidade Europeia, em 1986, alterou, radicalmente, a relação entre as três vertentes da política externa e a dimensão europeia tornou-se a mais importante, política, económica e estrategicamente.

### PORTUGUESE FOREIGN POLICY SINCE THE APRIL REVOLUTION

Nuno Severiano Teixeira

The April revolution in 1974 was a turning point in Portuguese foreign policy. In the past, the atlantic and african dimensions were dominant and stood for the alliance with the United States and the steady defense of the colonial empire, on the one hand, and isolation from Europe, on the other hand. After decolonisa-

tion, the consolidation of democracy and accession to the European Community, in 1986, changed the traditional balance between the three components of foreign policy and the european dimension became the most important one in every sense.

### DEPOIS DO IRAQUE

José Cutileiro

A guerra do Iraque, ganha pela coligação anglo-americana há quase um ano, despertou emoções fortes nos Estados Unidos, no Médio Oriente, na Europa, nos países muçulmanos da África e da Ásia, e um pouco por todo mundo, e em muitos lugares essas emoções não enfraqueceram até agora. Com efeito, há poucos aspectos e problemas de relações internacionais com os quais a crise e a guerra iraquianas não tenham bulido: direito internacional, justiça e injustiça de guerras, papel do multilateralismo e, em especial, da ONU, políticas externa e interna dos Estados Unidos, única superpotência, relações entre cristianismo, judaísmo e Islão, conflito israelo-palestino, prevenção (e promoção) de conflitos, armas de destruição maciça, terrorismo internacional, petróleo – e por aí fora. O presente artigo centra-se sobretudo na desavença entre os EUA e alguns dos seus aliados europeus, para concluir que as feridas abertas pela crise iraquiana acabarão por ser saradas graças ao interesse na preservação de boas relações mútuas.

### AFTER IRAK

José Cutileiro

The Irak war, won by the anglo-american coalition one year ago has awoken strong emotions in the United States, the Middle East and Europe, in the Muslim countries of Africa and Asia and elsewhere. Up to now in most places those emotions have not abated. Indeed, there are few issues of international politics which have not been affected by the Irak war: international law, just and unjust wars, the role of multilateralism, namely of the United Nations, the domestic and external policies of the United States, the sole superpower, the relations between Christians, Jews and Muslims, the Israel-Palestinian conflict, prevention and promotion of conflicts, weapons of mass destruction, international terrorism, oil and so forth. The quarrel between the United States and the European allies must be overcome and the wounds of the Irak crisis must be healed for the sake of good relations.

### O IRAQUE VISTO DAS TORRES

Manuel de Lucena

Primeiro de uma série de três, o presente artigo aborda as motivações do recente recurso à guerra: as causas do ataque ao Iraque e os fins por ele visados. Numa primeira parte, recordam-se os argumentos avançados pelos defensores da intervenção

na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, assim como as posições dos críticos dessa mesma intervenção. Numa segunda parte, examina-se a forma como a questão do Iraque se tornou prioritária para a administração Bush após os atentados do 11 de Setembro. Finalmente, na última secção avança-se com aquela que, na opinião do autor, poderá ser a melhor explicação para a guerra: os EUA invadiram o Iraque no quadro de uma estratégia visando impedir a ocorrência de novos atentados terroristas no seu território e destruir tanto a Al-Qaida como quaisquer outras redes ameaçadoras, bem como eliminar ou neutralizar os regimes que as apoiam.

## IRAQ AS SEEN FROM THE TOWERS

Manuel de Lucena

What were the main reasons for the Iraq war? Firstly, the arguments of those in favour of intervention both in the United States and Great Britain, as well as the criticisms of those against the war are reviewed. Secondly, it is established how the Iraq issue became a priority for the Bush administration since the terrorist attacks of September 11. Thirdly, it is considered that the main reason for the invasion of Iraq should be seen as part of the broader strategy that aims at neutralizing any further terrorist attacks against the American homeland, destroying Al-Qaida and other dangerous terrorist networks and changing the regimes that support international terrorism.

## NA BAÍA DE GUANTÁNAMO

Pedro Bacelar de Vasconcelos

Suspeitas de pertencerem à Al-Qaida ou de serem «estudantes de teologia», muitas centenas de pessoas estão detidas há cerca de dois anos, incomunicáveis e sem acusação formada, na base naval de Guantánamo. O rótulo de «combatente inimigo» também foi aplicado a cerca de

um milhar de cidadãos americanos e residentes nos EUA, detidos nos últimos dois anos, na sequência dos atentados do 11 de Setembro. A chamada «guerra contra o terrorismo» (sem teatro de operações determinável ou fim previsível) justificaria o reconhecimento de um poder ilimitado e incontrolável ao Presidente, comandante supremo das forças armadas, sobre a vida e a liberdade de qualquer cidadão, de qualquer nacionalidade, que por qualquer motivo se torne suspeito aos olhos das polícias. Cabe ao poder judicial, por onde correm inúmeros processos que começam agora a chegar ao Supremo Tribunal Federal, estabelecer um ponto de equilíbrio entre a necessidade de proteger a sociedade das novas ameaças do terrorismo que compete ao poder executivo combater e, por outro lado, a necessidade de controlo do arbítrio e da prepotência que em nome da liberdade se entendeu confiar a um poder judicial independente.

## GUANTANAMO BAY

Pedro Bacelar de Vasconcelos

Several hundred people, suspected of belonging to Al-Qaida, have been detained without formal charges for the last two years at the Guantanamo naval base. A thousand US citizens and residents have also been tagged «enemy combatants» and detained after September 11. The so-called «war against terrorism» that has neither a fixed theater of operations nor a predictable ending seems to justify the unlimited power of the President as Commander in Chief over the life and liberty of any citizen of any nationality that may become a suspect in the eyes of the authorities. The judicial power, including the Supreme Court, must be able to restore some balance in order to protect society from terrorist threats against which the executive power must fight, on the one hand, and to control the abuses of power which is the function that has been trusted to the independent judiciary power.

## A EUROPA DEPOIS DA CONVENÇÃO

António Vitorino

Vários comentadores consideram o ano de 2003 como o *annus horribilis* europeu. A crise do Iraque, a decisão do Conselho sobre o Pacto de Estabilidade, o insucesso do Conselho Europeu de Bruxelas sobre o Tratado Constitucional foram os exemplos mais citados. E, contudo, 2003 foi também o ano em que se concluíram com sucesso as negociações para o alargamento a dez novos Estados-membros – o maior alargamento da história comunitária – e em que a Convenção para o futuro da Europa logrou obter um consenso em torno de um projecto de Constituição – eventos que, à partida, não se podiam ter por adquiridos. O presente artigo examina então as principais crises e tensões que marcaram o ano de 2003 e, numa última secção, discute o que se poderá esperar das negociações sobre as perspectivas financeiras da União para 2007-2013.

## EUROPE SINCE THE CONVENTION

António Vitorino

Several commentators do consider 2003 as the European *annus horribilis*. The Iraq crisis, the Council ruling on the Stability Pact, the failure of the Brussels European Council on the Constitutional treaty are the obvious facts. None the less, this was also the year during which the accession negotiations came to an end and ten new members were admitted – the biggest enlargement of the European Union – and also the year during which the Convention managed to obtain a consensus on the Constitution project, both events that could not have been taken for granted. The crises of 2003 need further attention but also the next negotiations on European funds for 2007-2013.

## A DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E OS ESTADOS-MEMBROS

António Goucha Soares

O presente artigo aborda o problema da divisão de competências entre a União Europeia e os Estados, no projecto de Constituição Europeia. A parte inicial do artigo pretende fornecer uma breve panorâmica da divisão de competências no sistema comunitário, em especial da evolução que o assunto sofreu em resultado do Tratado de Maastricht. Relativamente ao projecto de Constituição, adoptado pela Convenção Europeia, o artigo analisa os principais aspectos que caracterizam o Título sobre as «Competências da União», como sejam, o recurso à técnica do catálogo de competências, o princípio das competências de atribuição, as categorias de competências definidas pela Constituição, as listagens de competências inseridas no projecto, a cláusula de flexibilidade, o controlo da aplicação do princípio da subsidiariedade e o respeito pela identidade nacional dos Estados-membros.

## THE DIVISION OF POWERS BETWEEN THE EUROPEAN UNION AND THE MEMBER STATES

António Goucha Soares

This article discusses the way the draft European Constitution deals with the division of powers between the European Union and the Member States. The initial part intends to give a brief overview of the Union vertical division of competences, in particular on its evolution since the adoption of the Maastricht Treaty. Concerning the draft Constitution adopted by the European Convention, the article goes through the main aspects of the Title on the «Union Competences», namely, the use of a catalogue of powers, the extent of the principle of conferral, the categories of competence stated by the draft Constitution, the lists of

competences included, the flexibility clause, the implementation of the principle of subsidiarity and the respect for the national identity of the Member States.

## MUCH ADO ABOUT NOTHING: O ARTIGO 10.º, N.º 1, DO PROJECTO DE TRATADO QUE ESTABELECE UMA «CONSTITUIÇÃO PARA A EUROPA»

José de Matos Correia

A expressão mais elevada da controvérsia ocorrida em Portugal a propósito da chamada «Constituição Europeia» prendeu-se com a questão da supremacia do direito europeu sobre o direito nacional, tal como se encontra prevista no artigo 10.º, n.º 1, do projecto. O artigo argumenta que não existe razão para tal polémica, pois nem o texto do artigo 10.º, n.º 1, representa qualquer alteração à situação de há muito consagrada na doutrina e na prática comunitárias – e genericamente aceite pelos Estados-membros –, nem a adesão ao que nele se estabelece significaria, para os Estados integrantes da União, qualquer subordinação reveladora de uma degradação da soberania constituinte.

## MUCH ADO ABOUT NOTHING: ON ARTICLE 10.º, N.º 1, OF THE PROJECT OF TREATY ESTABLISHING A «CONSTITUTION FOR EUROPE»

José de Matos Correia

In Portugal, the controversy about the so-called European Constitution centered upon the issue of primacy of European law over national law, as ruled in article 10.º, n.º 1, of the project. There is no real object to the polemics, since the article text does not bring any change to communitarian doctrine and practice which have been generally been accepted by

member states, and subscribing to the article would not represent any demeaning of the constituent sovereignty of the member states.

## EM TORNO DE PEQUIM

João de Deus Ramos

A Revolução de Abril de 1974 criou as condições, e também as expectativas, para um rápido reatamento das relações de Portugal com a República Popular da China. Porém, por vicissitudes várias, tal só viria a suceder cinco anos mais tarde. O presente artigo relata as impressões do autor enquanto diplomata colocado em Pequim e traça um quadro geral da evolução dos contactos luso-chineses da normalização das relações diplomáticas até à transferência de poderes em Macau, em 1999. Os quinze anos de 1985 a 1999 (as negociações sobre Macau e o Período de Transição) foram anos difíceis e complexos, traduzindo um relacionamento com a China que se poderia classificar de mau. Encerrado esse ciclo, os sinais indicadores do presente permitem que o futuro das relações luso-chinesas possa ser encarado com maior optimismo.

## AROUND BEIJING

João de Deus Ramos

The April 1974 revolution made it possible to establish relations between Portugal and the People's Republic of China. However several difficulties delayed the actual restoration of official diplomatic relations for the next five years. As the first Portuguese diplomat to return to Beijing, the author recalls his dealings with Chinese officials up to the transfer of powers in Macau in 1999. During those years bilateral relations were often made more difficult by the permanent negotiations over Macau. Since the closing of this cycle, the new period of relations between Portugal and China should be looked upon with greater optimism.

## MISSÃO IMPOSSÍVEL: O PLANO ANDERSON E A QUESTÃO COLONIAL PORTUGUESA EM 1965

Luís Nuno Rodrigues

O presente texto tem como objetivo analisar o chamado Plano Anderson, ou seja, uma proposta para a descolonização da África portuguesa, apresentada ao governo português em 1965 pelo então embaixador norte-americano em Lisboa, Almirante George Anderson. O Plano Anderson, contudo, foi liminarmente rejeitado pelo governo português e o seu significado prende-se sobretudo com o facto de ser uma última tentativa americana, antes do fim do «salazarismo», para convencer o governo português a efectuar uma descolonização negociada e faseada. Tratava-se, na verdade, de uma «missão impossível» se atentarmos nos princípios que, na altura, norteavam a política externa portuguesa e, em particular, a sua política colonial.

## MISSION IMPOSSIBLE: THE ANDERSON PLAN AND THE PORTUGUESE COLONIAL QUESTION IN 1965

Luís Nuno Rodrigues

This article analyzes the so-called «Anderson Plan», that is, an American proposal for the decolonization of Portuguese Africa. This proposal was presented to the Portuguese government in 1965 by the American Ambassador in Lisbon, Admiral George Anderson. Its importance derives from the fact that it represented one last American attempt to convince Portugal to promote a negotiated and phased decolonization in Africa. The Portuguese government, however, bluntly rejected the «Anderson Plan». It was indeed an «impossible mission» because of the ideological and political principles that guided Portuguese foreign policy and, in particular, its colonial policy in the mid-1960s.